
VOZES DO QUILOMBO: COMUNICAÇÃO, TERRITÓRIO E DESIGUALDADES DIGITAIS EM TRACUATEUA (PA)

*VOICES FROM THE QUILOMBO: COMMUNICATION, TERRITORY,
AND DIGITAL INEQUALITIES IN TRACUATEUA (PA)*

*VOCES DEL QUILOMBO: COMUNICACIÓN, TERRITORIO Y
DESIGUALDADES DIGITALES EN TRACUATEUA (PA)*

Marina Ramos Neves de Castro

Universidade Federal do Pará

Fábio Fonseca de Castro

Universidade Federal do Pará

Bruno Santos da Cunha

Universidade Federal do Pará

Resumo: O artigo analisa as condições de acesso e os usos sociais dos *smartphones* em quatro comunidades remanescentes quilombolas contíguas do município de Tracuateua, no nordeste do Pará – Torre, Jurussaca, Campo Novo e Cigano. Busca-se compreender de que modo as práticas comunicacionais digitais se articulam às desigualdades de infraestruturas e às formas territorializadas de sociabilidades. A pesquisa, de abordagem qualitativa e descritivo-interpretativo, combinou formulários mistos, observação direta e escuta de moradores. Os resultados mostram ampla presença dos *smartphone*, variando entre as comunidades com forte precariedade do sinal de internet. O aparelho é associado a comunicação familiar, ao acesso à informação e às atividades de estudo, sem substituir a oralidade e as redes presenciais. Conclui-se que a conectividade, nesses territórios, deve ser compreendida como direito vinculado à justiça territorial e comunicacional, e não como simples difusão de dispositivos.

Palavras-chave: comunicação quilombola; território; inclusão digital, oralidade; Amazônia.

Abstract: The article looks at the conditions of access and the social uses of smartphones in four neighboring quilombola communities in the municipality of Tracuateua, in northeastern Pará—Torre, Jurussaca, Campo Novo, and Cigano. It aims to understand how digital communication practices are connected to infrastructure inequalities and local forms of social life. The research, which has a qualitative and descriptive-interpretative approach, combined mixed surveys, direct observation, and listening to residents. The results show a wide presence of smartphones, varying across communities with very poor internet signals. The device is linked to family communication, access to information, and study activities, without replacing oral communication and face-to-face networks. The study concludes that connectivity in these areas should be seen as a right related to territorial and communication justice, not just as a simple spread of devices.

Keywords: quilombola communication; territory; digital inclusion, orality; Amazon.

Resumen: El artículo analiza las condiciones de acceso y los usos sociales de los smartphones en cuatro comunidades quilombolas remanentes contiguas del municipio de Tracuateua, en el noreste de Pará: Torre, Jurussaca, Campo Novo y Cigano. Se busca comprender de qué manera las prácticas comunicacionales digitales se articulan con las desigualdades de infraestructuras y las formas territorializadas de sociabilidad. La investigación, de enfoque cualitativo y descriptivo-interpretativo, combinó cuestionarios mixtos, observación directa y escucha de los habitantes. Los resultados muestran una amplia presencia de los smartphones, variando entre las comunidades, con una fuerte precariedad de la señal de internet. El dispositivo se asocia a la comunicación familiar, al acceso a la información y a las actividades de estudio, sin reemplazar la oralidad ni las redes presenciales. Se concluye que la conectividad, en estos territorios, debe entenderse como un derecho vinculado a la justicia territorial y comunicacional, y no como una simple difusión de dispositivos.

Palabras clave: comunicación quilombola; territorio; inclusión digital, oralidad; Amazonía.

1 INTRODUÇÃO

As comunidades de remanescentes quilombolas de Torre, Jurussaca, Campo Novo e Cigano localizam-se no município de Tracuateua, no nordeste do Pará, e fazem fronteira entre si. A proximidade geográfica não elimina as diferenças relacionadas à infraestrutura, ao acesso aos serviços e às condições de conectividade que atravessam seus cotidianos. Ao contrário, permite observar como desigualdades distintas se materializam em territórios vizinhos e historicamente constituídos por relações de parentesco, memória, trabalho e resistência.

Nesses territórios, a comunicação não se resume ao acesso à internet ou à posse de aparelhos. Ela compreende a circulação da palavra, os encontros comunitários, as relações familiares, a transmissão de saberes e, mais recentemente, o uso de smartphones e aplicativos. A presença das tecnologias digitais acrescenta novas possibilidades de comunicação, mas também torna visíveis desigualdades relacionadas à cobertura do sinal, aos custos e às condições materiais de uso.

O debate sobre inclusão digital costuma ser orientado por indicadores gerais de acesso. Essa perspectiva é insuficiente quando não considera as condições territoriais e as formas locais de apropriação do uso do smartphone, das redes sociais e da internet. Possuir um celular não significa dispor de conexão estável, letramento digital ou midiático, tampouco garante participação informacional plena. Da mesma forma,

utilizar WhatsApp ou Youtube não autoriza concluir que existe mobilização política ou cidadã, ou ainda, existência cultural mediada por essas plataformas.

Diante disso, o problema que orienta o artigo é, como o acesso ao smartphone, as condições de conectividade e os usos comunicacionais desses aparelhos se apresentam nas quatro comunidades de remanescentes quilombolas contíguas de Tracuateua? O objetivo geral do artigo é analisar comparativamente essas condições e usos, relacionando-os às desigualdades territoriais e às práticas comunitárias de comunicação. Especificamente, busca-se caracterizar a posse do aparelho, identificar as principais barreiras de conectividades e examinar os sentidos atribuídos ao celular na comunicação, no acesso à informação e no estudo.

A investigação é relevante porque desloca o olhar de uma oposição simplificadora entre tradição e tecnologia. A oralidade, as relações presenciais e as plataformas digitais não constituem, necessariamente, mundos excludentes. Os áudios, mensagens, vídeos e chamadas podem atualizar práticas anteriores de comunicação ao mesmo tempo que dependem de infraestruturas externas e de plataformas comerciais.

A pesquisa de campo começou em 2024, no contexto de intensificação dos debates amazônicos que antecederam a COP30, realizada em Belém em 2025. Mais do que associar as comunidades automaticamente aos eventos, interessa reconhecer que as discussões sobre justiça climática, direito à informação e participação social exigem condições efetivas para que os povos tradicionais produzam e façam circular suas próprias narrativas.

O artigo está organizado em quatro movimentos. Inicialmente discute comunicação. Território e oralidade. Em seguida, apresenta os procedimentos metodológicos e a limpeza das bases. A terceira parte examina os resultados comparativos. Por fim, a discussão articula os achados às desigualdades territoriais e à justiça comunicacional.

Compreendemos que, na Amazônia não urbana, a justiça comunicacional não se restringe ao acesso técnico à internet e aos dispositivos digitais. Ela compreende a existência de infraestrutura adequada, conexão estável e economicamente acessível, desenvolvimento de competências digitais e reconhecimento das formas próprias de comunicação das comunidades. Envolve ainda o direito de produzir narrativas, fazer

circular saberes e participar das decisões que afetam seus territórios e seus modos de vida, sem que as populações amazônicas sejam reduzidas à condição de receptoras de informações produzidas externamente.

2 COMUNICAÇÃO TERRITÓRIO E ORALIDADE

O território quilombola não pode ser reduzido a uma superfície geográfica. Envolve apropriações materiais e simbólicas, memórias, vínculos, conflitos e estratégias de permanência. Haesbaert (2014) permite compreender o território enquanto realidade multidimensional, constituída por relações de poder e de pertencimento. Essa perspectiva ajuda a interpretar a conectividade não enquanto um serviço abstrato, mas como infraestrutura, que chega de maneira desigual a espaços rurais e, socialmente, periféricos.

A comunicação, por sua vez, é entendida como processo cultural. Martin-Barbero (2003) desloca a análise dos meios para as mediações, chamando a atenção para os usos, as temporalidades e as matrizes culturais que configuram a experiência comunicacional. Assim, o significado do celular não está contido no aparelho, é produzido nas relações sociais em que ele se insere.

A abordagem também dialoga com a comunicação popular discutida por Peruzzo (2007), especialmente pela centralidade da participação e da cidadania. Nas comunidades escutadas, entretanto, não se deve pressupor que toda comunicação cotidiana constitui comunicação popular organizada. A pesquisa diferencia usos interpessoais, acesso à informação e eventuais formas coletivas de articulação, evitando conferir aos dados sentidos políticos que eles não sustentam diretamente.

Na sociedade em rede, a conexão pode ampliar o acesso aos fluxos de informação, mas também produzir novas assimetrias (Castells, 2009). A instabilidade do sinal, o custo dos pacotes de dados e a dependência de pequenas empresas locais de internet e plataformas condicionam a experiência de quem vive em áreas rurais. Couldry e Mejias (2019) acrescentam que a conexão contemporânea envolve processos de extração e apropriação de dados, o que impede uma visão celebratória da digitalização.

As tecnologias sociais territorializadas ajudam a pensar soluções vinculadas às necessidades e aos conhecimentos locais (Dagnino, 2014). Essa noção não significa

classificar automaticamente o celular ou uma plataforma comercial como tecnologia social. Ela orienta a pergunta sobre quem decide, para que finalidade e em quais condições uma tecnologia é incorporada ao cotidiano.

A oralidade permanece fundamental. A palavra falada transmite memórias, conhecimento sobre o território, experiências de trabalho e vínculos familiares. Nas práticas digitais, ela pode assumir novas materialidades por meio de áudios e vídeos. Não se trata de afirmar uma continuidade sem rupturas, mas de observar que a incorporação do celular não elimina as formas presenciais e intergeracionais de comunicação.

Milton Santos (2006) mostra que técnica e espaço se constituem mutuamente. A rede móvel, as antenas, os aparelhos e as plataformas participam do território usado, mas sua distribuição desigual expressa decisões econômicas e políticas. Nessa perspectiva, a precariedade da conexão, assim como seu alto custo, é parte de uma desigualdade territorial mais ampla que atinge indivíduos e comunidades.

Em nossa compreensão, a comunicação comunitária não se esgota na palavra falada ou escrita. Na etnografia da comunicação realizada sobre a celebração do Dia da Consciência Negra, na comunidade remanescente de quilombos de Jambuaçu, Castro et al. (2025) mostram que a produção coletiva da identidade quilombola envolve falas, cantos, tambores, danças, imagens, gestos, memórias e afetos. Trata-se, em sua compreensão, de uma comunicação intersensorial, na qual os sentidos são produzidos no encontro entre os corpos e o ambiente. Essa perspectiva ajuda a compreender o smartphone como parte de um universo comunicacional mais amplo: fotografias, vídeos e mensagens de voz podem prolongar determinadas narrativas e experiências, mas não substituem os encontros presenciais nos quais elas adquirem densidade cultural e política.

O mesmo trabalho permite compreender melhor o fenômeno da transmissão intergeracional de saberes e sensibilidades. A pesquisa realizada evidenciou que a relação entre oralidade e digitalização deve ser examinada, também, em sua dimensão intergeracional. Os mais velhos ocupam posição central na transmissão de memórias, conhecimentos e narrativas territoriais, enquanto os jovens tendem a desempenhar papel mais ativo na circulação digital desses conteúdos. Essa relação não precisa ser

pensada como oposição entre tradição e modernidade, mas como possível processo de tradução entre linguagens, temporalidades e competências diferentes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa possui caráter qualitativo e descritivo-interpretativo (Minayo, 2012). O campo abrange as comunidades de remanescentes quilombolas das comunidades do Torre, do Jurussaca, do Campo Novo e do Cigano, territórios contíguos situados em Tracuateua, estado do Pará. A coleta combinou formulários mistos, observação direta e escuta de moradores, permitindo articular dados fechados e registros contextuais.

Os formulários abordaram idade, posse de smartphone, dificuldades de acesso, frequência de uso, conteúdos consultados, uso para estudo e leituras e percepção sobre a comunicação. As perguntas não tiveram preenchimento obrigatório; por isso, cada indicador é apresentado com o seu próprio número de respostas válidas. Os percentuais não foram calculados automaticamente sobre o total geral da comunidade quando havia respostas ausentes.

As bases foram submetidas à conferência e à exclusão técnica para evidenciar corretamente o escopo analisado. Assim, na planilha vinculada à comunidade do Torre, foram excluídas cinco submissões duplicadas – sendo quatro repetições posteriores de participantes já registrados – e uma resposta idêntica enviada com intervalo de aproximadamente um minuto. Três registros preenchidos referindo-se à comunidade de Goiaval foram mantidos em Torre, conforme a delimitação territorial fornecida pelos interlocutores para a pesquisa. Em Jurussaca, excluiu-se apenas um registro não preenchido.

Após esses procedimentos, o corpus totalizou 88 participantes, sendo 20 do Torre; 23 do Jurussaca; 27 do Campo Novo e 18 do Cigano. A distribuição é apresentada na Tabela 1. Essa mostra se coloca como não probabilística e não autoriza generalizações estatísticas para a totalidade da população remanescente de quilombos de Tracuateua.

Tabela 1 - Distribuição dos participantes após a limpeza das bases, com base nos formulários da pesquisa

Comunidade	Participantes	% da amostra
Torre	20	22,7%

Jurussaca	23	26,1%
Campo Novo	27	30,7%
Cigano	18	20,5%
Total	88	100,0%

Fonte: SISA, elaborado por M. Castro.

Os dados fechados foram organizados por comunidade e convertidos em frequências absolutas e relativas. Para a comparação, foram selecionados indicadores com categorias equivalentes nas quatro bases. As respostas abertas e os registros de campo foram interpretados por aproximação à análise de conteúdo (Bardin, 2016), com atenção às categorias acesso, infraestrutura, comunicação familiar, informação, estudo e oralidade.

A triangulação entre fontes foi utilizada para evitar que os números fossem lidos isoladamente (Yin, 2015). O estudo preserva o anonimato – nomes e contatos existentes nas planilhas não foram reproduzidos. Também se evitou atribuir à ausência de acesso significados culturais não declarados pelos participantes.

Como limites, destacam-se o número desigual de respondentes por comunidade, as respostas ausentes em algumas perguntas, a coleta realizada em movimentos diferentes e a ausência de um desenho amostral probabilístico. Esses aspectos são explicitados para assegurar transparência e delimitar o alcance das conclusões.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

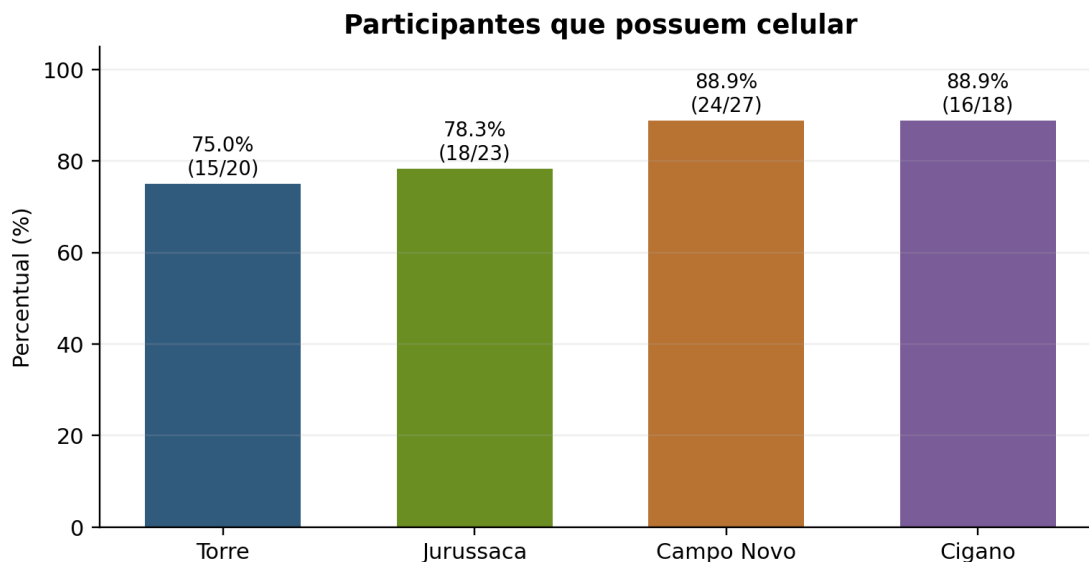
4.1 ACESSO AO CELULAR

A posse do celular é majoritária nas quatro comunidades, mas apresenta diferenças relevantes. Campo Novo e Cigano registram as maiores proporções, ambas com 88,9%. Em Jurussaca, 18 dos 23 participantes possuem aparelhos (78,3%); no Torre, são 15 de 20 (75,0%). No conjunto da amostra, 73 dos 88 participantes declararam possuir smartphones, correspondendo a 83,0%.

A presença ampla do dispositivo não equivale à universalização do acesso. Quinze participantes não possuem aparelho próprio, e algumas respostas indicam uso

de equipamentos de familiares e/ou amigos. Portanto, a posse individual deve ser diferenciada do acesso eventual ou compartilhado.

Gráfico 1 - Participantes que possuem celular - Percentuais calculados sobre o total válido de cada comunidade.



Fonte: SISA, elaborado por M. Castro.

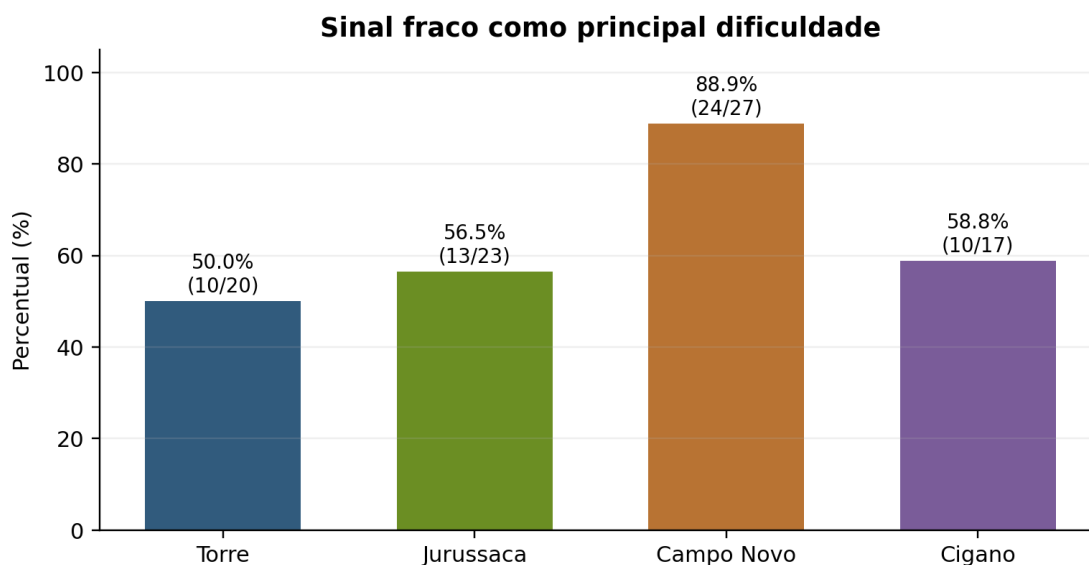
4.2 CONECTIVIDADE E DESIGUALDADE TERRITORIAL

O sinal fraco aparece como obstáculo central, mas sua intensidade varia. Em Campo Novo, 24 dos 27 participantes indicaram essa dificuldade (88,9%). Em Cigano foram 10 entre 17 respostas válidas (58,8%); em Jurussaca 13 de 23 (56,5%); e no Torre, 10 de 20 (50,0%).

Os percentuais revelam que a elevada posse de aparelhos pode coexistir com conexão precária. Campo Novo oferece o exemplo mais evidente – embora 88,9% possuam celular, a mesma proporção relata sinal fraco. O acesso material ao dispositivo, portanto, não assegura a qualidade, continuidade ou autonomia de conexão.

O preço elevado do serviço de internet também aparece nas respostas do Torre, Jurussaca e Cigano, embora com frequência inferior à do sinal fraco. Essas duas barreiras têm naturezas relacionadas: uma diz respeito à infraestrutura disponível; a outra, à capacidade de pagar por serviços e dados. Ambas limitam o direito a informação.

Gráfico 2 - Sinal fraco como principal dificuldade



Fonte: SISA, por M. Castro.

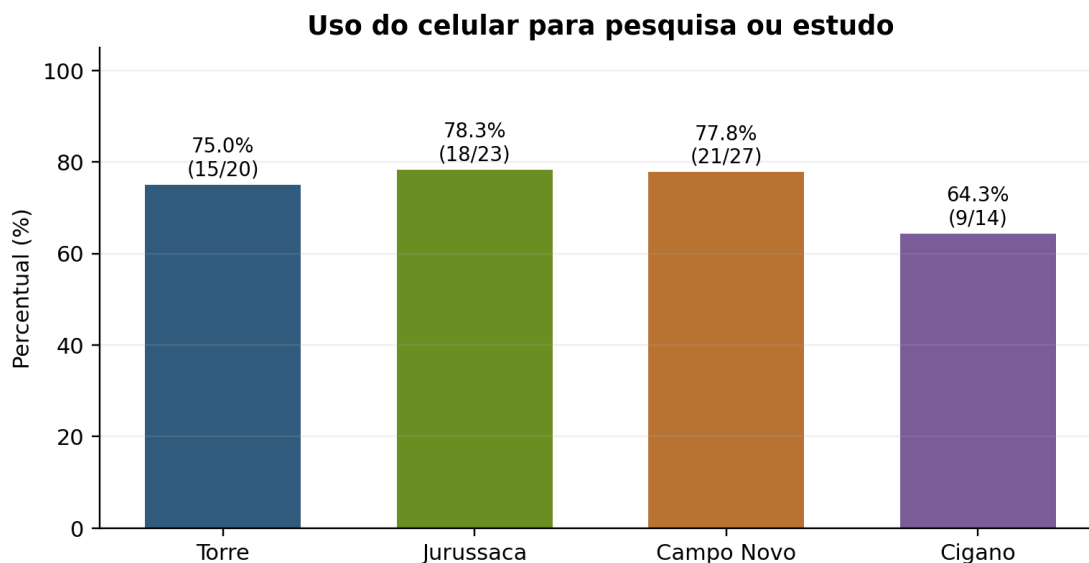
4.3 INFORMAÇÃO, ESTUDO E COMUNICAÇÃO

O uso do smartphone para pesquisar e/ou estudar foi informado por 15 participantes do Torre (75,0%), 18 do Jurussaca (78,3%), 21 do Campo Novo (77,8%) e 9 entre 14 respondentes da questão, no Cigano (64,3%). O resultado indica presença significativa de práticas informacionais e educativas, ainda que condicionadas pela instabilidade da conexão.

As respostas sobre conteúdos mostram variações. A predominância de conteúdos noticiosos no Torre e no Cigano, enquanto redes sociais aparecem com maior presença no Campo Novo e no Jurussaca. A diversidade não deve ser lida como oposição rígida entre informação e entretenimento, pois as plataformas e conteúdos podem sobrepor-se.

A comunicação interpessoal ocupa posição central. Ver mensagens foi a primeira ação mais recorrente nas quatro comunidades, e o WhatsApp aparece repetidamente entre os aplicativos considerados úteis. Esses dados sustentam a interpretação do celular como mediador de vínculos familiares e cotidianos; não bastam, contudo, para afirmar que o aplicativo seja utilizado de forma sistemática para mobilização social entre os próprios quilombolas das comunidades.

Gráfico 3 - Uso do celular para pesquisa ou estudo

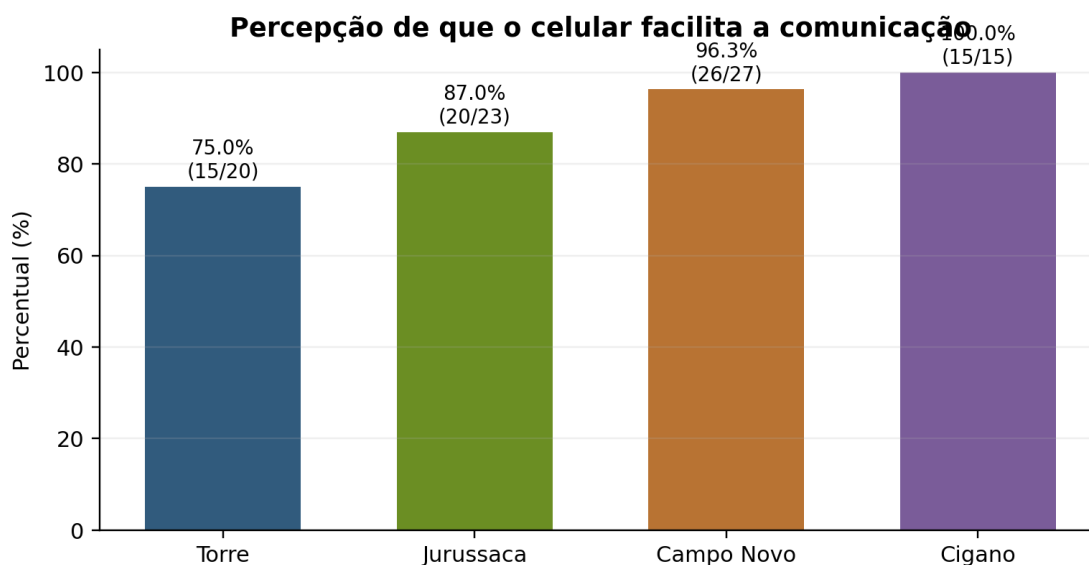


Fonte: SISA, por M. Castro.

A avaliação geral do uso do aparelho é positiva. A afirmação de que o celular facilita a comunicação foi registrada por 15 participantes do Torre, 20 do Jurussaca, 26 do Campo Novo e todos os 15 respondentes válidos desta questão no Cigano. Ao mesmo tempo, a existência de respostas “não faz diferença” ou “dificulta” mostra que a experiência não é homogênea.

A maioria também declarou que o celular não atrapalha suas atividades. Essa percepção, combinada à importância atribuída à comunicação e à informação, ajuda a compreender o aparelho como recurso integrado ao cotidiano. Seus benefícios, porém, são limitados por infraestrutura e custo.

Gráfico 4 - Percepção de que o celular facilita a comunicação



Fonte: SISA, por M. Castro.

5 DISCUSSÃO

Os resultados desautorizam uma leitura binária entre comunidades “conectadas” e “desconectadas” à internet. A maioria possui smartphones, mas a conexão é instável e desigual. O que se observa é uma inclusão digital parcial, marcada pela presença do dispositivo e pela fragilidade das condições necessárias ao seu uso contínuo.

Essa contradição ganha nitidez quando comunidades vizinhas apresentam proporções distintas de sinal fraco. A contiguidade territorial não produz igualdade infraestrutural. Redes de telecomunicações obedecem a critérios técnicos, econômicos e políticos que podem reproduzir marginalizações existentes. O território, nesse sentido, não é pano de fundo; ele participa ativamente das possibilidades comunicacionais.

Com efeito, ao perceber que o smartphone não atua isoladamente nem se constitui como um instrumento individualizado da própria experiência social, pode-se perceber um fenômeno de integração multifatorializada e multisituada com base na experiência territorial das comunidades. Nesse sentido, seria pertinente dizer que o smartphone, seja como *meio*, seja como *mídia*, seja como instrumento, seja como dispositivo, não atua isoladamente, mas integra-se à oralidade, aos encontros, às relações familiares, às festas, às assembleias e às redes comunitárias.

Propomos compreender as práticas observadas como parte do que identificamos como sendo uma “ecologia comunicacional territorializada”. Essa expressão designa o conjunto de meios, relações, linguagens, infraestruturas, economias sociais e formas de sociabilidade por meio dos quais a comunicação é produzida em determinado território. Com esse conceito, identificamos as práticas observadas como parte de uma ecologia comunicacional centrada na experiência social vivenciada coletivamente e enquanto prática territorializada.

O smartphone integra essa ecologia, mas não a organiza sozinho: seu significado depende das redes familiares, da oralidade, dos encontros presenciais, dos conhecimentos locais e das condições materiais de conexão. A desigualdade digital, portanto, não decorre apenas da ausência ou presença de dispositivos, mas das condições desiguais em que essa ecologia pode funcionar, renovar-se e relacionar-se com agentes externos.

Ela possui, portanto, diferentes camadas. A primeira corresponde ao acesso ao aparelho; a segunda, à disponibilidade e à qualidade da conexão; a terceira, às competências necessárias para buscar, avaliar e produzir informações; e a quarta, à possibilidade de utilizar os meios digitais com autonomia, inclusive para participar de decisões e fazer circular narrativas próprias. Os dados mostram que avanços na primeira camada podem coexistir com fortes limitações nas demais.

A comparação também mostra que a posse do celular não deve ser utilizada como indicador isolado de inclusão. Em Campo Novo, a elevada presença do aparelho convive com a maior frequência de sinal fraco. A experiência concreta é formada pela combinação entre equipamento, cobertura, custo, energia, competências de uso e finalidades sociais.

O uso para estudo e pesquisa é expressivo nas quatro comunidades. Esse achado tem relevância pública porque revela demanda por informação e aprendizagem. Em condições de sinal instável, atividades escolares, pesquisas e leitura podem ser interrompidas ou depender do deslocamento para pontos de melhor conexão. A precariedade digital, portanto, também pode aprofundar desigualdades educacionais.

A centralidade das mensagens e da comunicação familiar dialoga com a perspectiva das mediações (Martin-Barbero, 2003). O aparelho é incorporado a vínculos anteriores e a rotinas locais. Ele não cria sozinho a socialidade, mas oferece novas formas de sustentar relações, pedir ajuda, obter notícias e organizar tarefas.

A oralidade permanece presente tanto fora quanto dentro do ambiente digital. Conversas presenciais, relatos e ensinamentos continuam fundamentais, enquanto mensagens de voz e vídeo ampliam a materialidade da palavra falada. Essa coexistência é mais produtiva para a análise do que a ideia de substituição da tradição pela tecnologia.

Também é necessário cuidado com a categoria “resistência”. As comunidades remanescentes de quilombo possuem histórias de resistência territorial e cultural, mas não se pode converter toda ação digital cotidiana em ato de resistência. Os dados deste estudo permitem afirmar que o smartphone apoia ações de comunicação, informação e estudo; a caracterização de práticas políticas digitais exigiria perguntas específicas, observação de grupos, conteúdos circulados e processos organizativos.

Essa cautela pode ser esclarecida, por exemplo, por meio do estudo no campo da etnografia da comunicação de Castro e Castro (2023), onde observam a construção do Protocolo de Consulta do Território Quilombola Terra da Liberdade. Naquele caso, a comunicação política se produziu por meio de assembleias, oficinas, circulação de informações, grupos de WhatsApp e esforços deliberados para ampliar a participação das comunidades. Castro e Castro (2023) compreendem esse processo como uma luta coletiva pelo direito de “se dizer”, isto é, pelo reconhecimento da identidade, dos direitos e do território. O caso demonstra que a passagem do uso cotidiano para a comunicação política não decorre da simples presença de aparelhos ou aplicativos, mas da inserção desses meios em processos organizativos, deliberativos e reivindicatórios. Nas comunidades estudadas em Tracuateua, os dados permitem reconhecer usos relacionais, informacionais e educativos, mas não autorizam, por si só, a caracterização de uma mobilização política digital sistemática.

A justiça comunicacional envolve tanto o acesso às redes quanto o reconhecimento das formas próprias de narrar e produzir conhecimento; ou seja, a justiça existe diante do direito de acessar, produzir e fazer circular informações em

condições equitativas, com autonomia e respeito às formas de comunicação próprias de cada território. Dessa maneira, políticas de conectividade voltadas aos territórios quilombolas devem considerar cobertura estável, estabilidade energética, preços acessíveis, participação comunitária nas decisões e proteção de dados. A simples expansão comercial do serviço pode ampliar o consumo sem assegurar autonomia.

A participação comunitária nas políticas de conectividade não deve ser entendida somente como consulta sobre a qualidade do serviço. À luz das experiências de construção de protocolos de consulta, ela envolve o direito de as comunidades definirem como desejam ser informadas, consultadas e envolvidas nas decisões sobre infraestruturas que atravessam seus territórios (Castro e Castro, 2023).

A leitura territorializada também impede de responsabilizar os indivíduos pelas dificuldades. O sinal fraco não é resultado de falta de interesse ou competência das comunidades. Ele expressa uma distribuição desigual de infraestrutura. Da mesma forma, o uso compartilhado de aparelhos pode ser estratégia cotidiana, mas não elimina a desigualdade associada à ausência de equipamentos próprios.

A pesquisa oferece, assim, uma base empírica para compreender a conectividade em territórios quilombolas contíguos. Seu principal achado não é a presença ou ausência absoluta da tecnologia, mas a coexistência entre apropriação cotidiana e precariedade estrutural.

Um outro aspecto a destacar, nos resultados da pesquisa, diz respeito à necessidade de compreender a variação percebida entre as experiências de uso do smartphone entre as diferentes comunidades. A diferença entre comunidades territorialmente contíguas sugere que a conectividade possui uma geografia própria. Sua distribuição não acompanha necessariamente os limites comunitários nem as redes de parentesco e circulação local. Ela é produzida por decisões econômicas, localização de antenas, capacidade de pagamento, disponibilidade energética e condições de acesso aos provedores. Assim, a proximidade física entre as comunidades não elimina as descontinuidades da infraestrutura: pode-se atravessar uma fronteira quase imperceptível na paisagem e, ainda assim, ingressar em outra condição de conectividade.

Todas essas conclusões, em síntese, remetem à ideia de uma ecologia comunicacional territorializada, como referido acima. A compreensão dos processos comunicacionais a partir de uma perspectiva centrada nas ciências sociais permite uma abordagem complexa e que leva em conta mais a prática social do uso dos veículos e meios – e, portanto, a experiência coletiva – do que o impacto dos meios na sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou comparativamente o acesso aos smartphones, as condições de conectividade e as práticas comunicacionais nas comunidades remanescentes de quilombo do Torre, Jurussaca, Campo Novo e Cigano. O corpus reuniu 88 participantes. A transparência sobre duplicidade, teste e respostas ausentes foi essencial para evitar percentuais inflados e interpretações imprecisas.

Os dados mostram que o smartphone está presente na maioria dos cotidianos pesquisados, mas seu uso é atravessado por questões referentes aos custos e a deficiência do acesso. Campo Novo e Cigano apresentam as maiores proporções de posse; Campo Novo simultaneamente registra a maior incidência de precariedade do sinal. A comparação confirma que acesso ao aparelho e qualidade da conexão são dimensões diferentes.

O celular é utilizado para comunicação familiar, consulta a notícias, redes sociais, pesquisa e estudo. A percepção predominante é de que o aparelho facilita a comunicação. Esses achados demonstram sua relevância cotidiana, sem permitir concluir automaticamente que todo uso digital constitui mobilização ou resistência social.

A oralidade e as relações presenciais não desaparecem com a digitalização. Elas coexistem com mensagens, áudios e vídeos, compondo práticas híbridas e situadas. A inclusão digital precisa, portanto, reconhecer tanto o direito à infraestrutura quanto à pluralidade das formas comunitárias de comunicar.

Conclui-se que enfrentar a desigualdade digital nesses territórios exige mais do que distribuir dispositivos. É necessário garantir conexão estável, acessível, e construída com participação comunitária, articulando inclusão digital, justiça territorial e direito a comunicação

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- CASTELLS, Manuel. **Communication power**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- CASTRO, Fábio Fonseca de; CASTRO, Marina Ramos Neves de. Terra da Liberdade e a construção do protocolo da consulta: a comunicação política quilombola na transformação do mundo. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 1-22, 2023.
- CASTRO, Marina Ramos Neves de et al. Etnografia do dia da consciência negra no território quilombola de Jambuaçu. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 28, n. 2, ago. 2025. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/18219>>. Acesso em: 31 ago. 2026. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/ncn.v28i2.18219>.
- COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The costs of connection**: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019.
- DAGNINO, Renato. **Tecnologia social**: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB, 2014.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos medios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

SOBRE O(A) AUTOR(A)

Marina Ramos Neves de Castro

Professora da Faculdade de Comunicação da UFPA. Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA (Nota 5 Capes) da Universidade Federal do Pará. Mestre em Artes pelo PPGArtes (Nota 4 Capes) do Instituto de Ciências das Artes e mestre em Estudos das Sociedades Latino Americanas - Opção Comunicação, pela Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris 3). Realizou estágio doutoral no Departamento de Antropologia do University College London, com o Prof. Daniel Miller a partir do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior - com apoio da CAPES. Pesquisadora durante três anos do Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien, sob orientação do Prof. Michel Maffesoli. Durante três anos seguiu os cursos de história da arte do Museu do Louvre, em Paris e, durante um ano, os cursos de história da arte e das civilizações na Université de Montréal. Iniciou curso de doutorado em sociologia da cultura na Université de Sorbonne-Descartes (Paris 5), concluindo os créditos e a pesquisa de campo, mas não chegou a defender a tese. Coordena, desde 2018, o grupo de pesquisa certificado pelo CNPQ Socialidades, Intersubjetividades e Sensibilidades Amazônicas - SISA. Coordena o projeto de pesquisa Comunicação Quilombola e o projeto de pesquisa Imagem e Cultura na Amazônia. Coordena o Projeto de Extensão Documentário Biográficos da Amazônia - DocBio. Coordenou o curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade de Tecnologia da Amazônia (FAZ) durante 5 anos e, também nessa instituição, coordenou os cursos de Especialização em Gestão em Comunicação e Marketing. Na FAZ ainda desenvolveu o projeto acadêmico-pedagógico "Expor-FAZ", por meio do qual professores e alunos de diferentes disciplinas desenvolveram ações de criação, produção e exposição de projetos associando história da arte e publicidade. Também atuou como professora no curso de Especialização Imagem e Sociedade, na UFPA. Como professora, a nível de graduação e pós-graduação (especialização), ministrou as disciplinas História da Arte, Estética da Comunicação, Teorias da Comunicação, Cultura Visual, Sociologia da Imagem e Sociologia da Comunicação. Trabalhou ainda, durante 9 anos, na Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, desenvolvendo atividades junto ao Centro de Convenções, à Coordenação de Ação Cultural e Museu da Imagem e do Som. Em 2012 foi responsável pela curadoria e montagem da exposição Pai d'égua Brasil em defesa do ECA, da artista plástica Lúcia Gomes.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6636359546031674>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3065-270X>

E-mail: mrndecastro@gmail.com

Fábio Fonseca de Castro

Professor titular da Universidade Federal do Pará, vinculado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Professor e atual coordenador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU). Professor colaborador no Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM). Foi professor visitante (visiting scholar) no Departamento de Sociologia da Universidade de Cambridge e conferencista da London School of Economics em 2017-18. Pós-doutor em Etnometodologia pela Universidade de Montreal (2014). Doutor em Sociologia pela Universidade da Sorbonne (Paris V Descartes) (2004). Mestre em Antropologia e Estudo das Sociedades Latino-Americanas pela Universidade de Sorbonne-Nouvelle) (2000). Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (1995). Graduado em Comunicação-Jornalismo pela UFPA (1990). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Socialidades, Intersubjetividades e Sensibilidades Amazônicas (SISA) e líder do Grupo de Pesquisa sobre Ontologias do Desenvolvimento (ONDE), no CNPq.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5700042332015787>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8083-1415>

E-mail: fabiofc@ufpa.br

Bruno Santos da Cunha

Graduado em Comunicação, com habilitação em Jornalismo. Bolsista Pibic de 2023 a 2025. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Socialidades, Intersubjetividades e Sensibilidades Amazônicas - SISA (CNPQ)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2977352183147865>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0945-5434>

COMO CITAR ESTE ARTIGO

CASTRO, Marina Ramos Neves de; FONSECA DE CASTRO, Fábio; CUNHA, Bruno Santos da. Vozes do Quilombo: Comunicação, território e desigualdades digitais em Tracuateua (PA). **Passagens: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará**, Fortaleza, v. 17, n. especial, p. e97676, 2026

RECEBIDO EM: 01/09/2026

ACEITO EM: 01/09/2026

PUBLICADO EM: 23/09/2026



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional
